

Nem ACM escapa de panfletagem

JORNAL DO BRASIL

21 JUL 1997

CARLA BAIENSE

O passeio do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ontem, pelo calçadão da praia de Ipanema, no Rio, foi interrompido por um grupo de 20 policiais civis que distribuíam panfletos convocando para a passeata de quarta-feira. De bermuda e camisa de malha e acompanhado de seguranças, ACM foi cercado pelos policiais que protestavam contra os baixos salários. Os manifestantes não se intimidaram: dispararam o discurso ensaiado, entregaram sua carta aberta à população ao senador e umas folhinhas de arruda, recebidas sem protesto por um sorridente ACM.

Mas, apesar do clima de compreensão mútua que marcou toda a manifestação, dentro da corporação o clima é de desentendimento. As vésperas de realizar uma passeata de protesto contra a política salarial do governo Marcello Alen-

car, os policiais ainda não chegaram a um consenso sobre a condução do movimento.

Na tarde de ontem, o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Fernando Bandeira, começou a convocação da categoria para uma Assembleia hoje, às 17, na Academia de Polícia. Segundo o sindicalista, o objetivo é avaliar o plano de cargos e salários apresentado sexta-feira pelo secretário de Administração Augusto Werneck. Bandeira não descarta a passeata marcada para o dia 23, mas ressalta a importância de aprovar a proposta em assembleia e definir um comando para o movimento.

Toda adesão será bem-vinda. Mas não podemos aceitar que a passeata seja dirigida por pessoas que não são policiais, argumenta, referindo-se à ajuda do Sindicato dos Bancários à manifestação..

Já o vice-presidente do sindicato e membro do Núcleo de Defesa dos Policiais Civis do Rio de Janeiro, Gemerson Henrique Dias, acredita que uma assembleia, a essa altura, iria desmobilizar os policiais. Num ponto, porém, todos concordam: além de não atender plenamente as reivindicações da classe, o plano proposto pelo Governo só acalmaria os ânimos dos policiais se fosse posto em prática assim que aprovado.

A principal reclamação do movimento é a defasagem e o quase nivelamento dos salários de sete categorias. Segundo Gemerson, só o piso tem sido reajustado desde o ano passado. Com isso, a diferença entre o menor e o maior salário vem diminuindo progressivamente. As perdas acumuladas em dois anos chegariam a 1744%.

“Uma coisa é o plano de cargos

e salários, outra é o reajuste. Precisamos de um aumento agora, enquanto esperamos a aplicação da proposta do governo”, argumentou o representante do Núcleo de Defesa dos Policiais Civis.

Uma nova reunião entre representantes da polícia e da Secretaria de Administração foi marcada para dia 25. A ideia é fechar os pontos polêmicos da proposta — como o piso para os aposentados, pensionistas, motoristas e pessoal da polícia técnica. Depois de acertado, o plano vai para a Assembleia Legislativa, no início de agosto, para aprovação.

O presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, deputado Carlos Minc, prometeu apoio à manifestação, quando, junto com outros deputados, receberá os manifestantes, às 15h30.